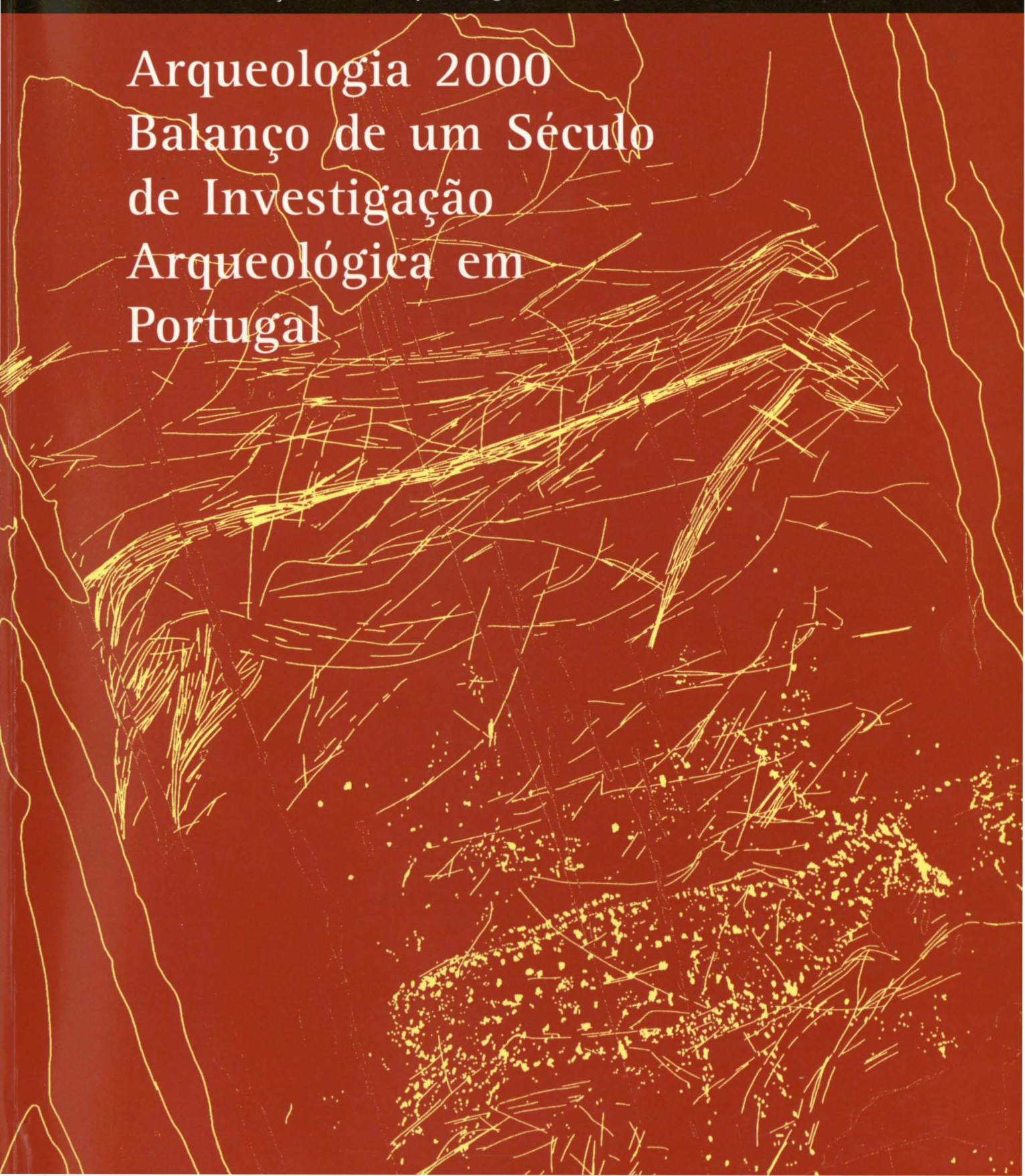


ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº54 | 2002

Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal



Titulo

Arqueologia e História

Volume

54

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, nº 4, 1º direito, 1200-092 Lisboa
Tel.: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Coordenação

José Morais Arnaud

Projecto gráfico

oficina de design Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros
Capa 2.º desenho original de M. V. Gomes

Impressão

Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, 15 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião
Tel.: 21 938 14 50 · Fax: 21 938 14 52
e-mail: europress@mail.telepac.pt

Tiragem

1000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Depósito legal

73446/93

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Patrocínio



As Etapas do Moderno

F. E. Rodrigues Ferreira

Arqueólogo

Sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Em 1960, com o início das obras do Metropolitano de Lisboa, assistia-se, com um total ineditismo, a uma intervenção arqueológica de emergência na área da arqueologia moderna.

Era bem conhecida a localização do Real Hospital de Todos-os-Santos que determinava, em todos os investigadores do passado Lisboaeta, uma certa inquietação ou curiosidade bem nutrida, sobre o magnífico edifício que teria sido.

Designada a Dr. Irisalva Moita para direcção dos trabalhos, investigadora com sobejas provas dadas noutras áreas cronológicas, conseguiu-se, ao tempo, uma conciliação quanto a nós perfeita, pela adopção das técnicas tradicionalmente utilizadas e aqui concretamente aplicadas ao moderno.

Procedeu-se a um estudo de todos os vestígios arqueológicos, designadamente na vertente cerâmica, não havendo ainda a preocupação de estudar tipologias, mas utilizando, de forma bem equilibrada, o tradicional conhecimento que existia já naquela época, sobre algumas formas e decorações. Este trabalho pioneiro permitiu, passados um razoável número de anos, a sua integral utilização e inserção no espaço do Museu da Cidade.

Em 1963, pela mão do nosso primeiro mestre em arqueologia medieval e pós-medieval, o Arq^o Lister Franco, profundo conhecedor da cerâmica destes períodos, fruto do seu intenso e já na altura longo trabalho por todo o País, nas obras de reconstrução e conservação dos edifícios sob tutela da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o signatário era incentivado a recolher, inventariar e estudar as cerâmicas eventualmente existentes no Mosteiro de S. Vicente de Fora, habitualmente tratadas como "entulho" durante as obras de restauro dos edifícios, ou simplesmente ignoradas, até se atingirem os níveis da pré-história ou do romano.

Efectivamente S. Vicente de Fora era um imenso universo cerâmico de um período compreendido entre os séculos X e XVIII. Tratava-se porém de um trabalho relativamente isolado, efectuado ainda num ambiente pouco receptivo à arqueologia urbana e, dentro desta, à medieval e moderna.

Em 1989, promovido pelos Drs. Carlos Tavares da Silva

e Joaquina Soares, realizou-se, no Museu de Setúbal, um encontro sobre arqueologia urbana que, caso ainda nesta data raro, contemplava a arqueologia moderna, tendo o signatário sido convidado para efectuar uma intervenção acompanhada por uma exposição de cerâmicas comuns, vidradas e faianças, bem como variados artefactos do dia-a-dia do século XVI e XVII¹.

Quanto a nós, e tanto quanto julgamos saber, esta data marca o início de uma nova postura dos arqueólogos portugueses relativamente à arqueologia dita do período moderno.

Iniciaram-se, um pouco por todo o País, intervenções nesta área, muito embora estivéssemos ainda bem longe da sua autonomização em termos metodológicos. A Fábrica do Gelo na Serra do Montejuento, escavada e estudada pelo Dr. Fernando Lourenço, a Casa dos Bicos, em Lisboa e os silos no Palácio da Vila, em Sintra, escavados e estudados pelo Dr. Clementino Amaro, a Casa do Infante, no Porto, bem como, posteriormente, os trabalhos dos Drs. Rosa e Mário Varela Gomes, em Silves, e, em Lisboa, as várias intervenções arqueológicas da Câmara Municipal de Lisboa, são bem o prenúncio de que algo estava em franca mudança.

Bem mais recentemente, algumas publicações periódicas, mais ou menos vocacionados para outras áreas, como é o caso da *Arqueologia Medieval* e do *Almadan*, com frequência incluem trabalhos na área do moderno. Os congressos e colóquios, um pouco por todo o País, quer temáticos quer de âmbito geral, têm feito eco e publicado, nas suas actas, trabalhos de grande qualidade científica, sobretudo no que refere aos estudos cerâmicos.

Embora muito timidamente, aqui e além, quer nas cartas arqueológicas, quer ainda nos estudos de impacto ambiental, os sítios com vestígios de arqueologia moderna já começam a surgir, sendo contudo notória a diferença de quantidade de sítios assinalados para a pré-história e para o romano comparativamente com o moderno.

Na maioria dos casos ficamos com a estranha sensação que há quase um ermamento generalizado entre o romano e o período contemporâneo. As excepções que felizmente vão aparecendo, são exactamente excep-

ções. Ocorre-nos recordar o bom trabalho efectuado pela EDIA e pelos arqueólogos que colaboraram no respectivo levantamento arqueológico do regolfo do Alqueva que parece terem tido o cuidado de dispensar, a todos os períodos, a mesma metodologia de aproximação.

A arqueologia moderna, porém, não é apenas cerâmica, existe ainda todo um trabalho de rectaguarda a efectuar, hoje apenas tenuemente esboçado e que consistirá em tratar de forma adequada os elementos que a escavação, de uma forma tão pródiga, costuma disponibilizar; façamos uma ronda pelos principais aspectos:

Cerâmica

O período abrangido pela história moderna processa-se já a um ritmo muito rápido. As peças cerâmicas perdem rapidamente as suas formas características logo que deixam de ter justificação, havendo, contudo, formas que prevalecem ao longo dos séculos, mas não é fácil poder-se falar, em nossa opinião, numa evolução das formas. Elas surgem e desaparecem, de acordo com as necessidades que os novos tempos, as novas modas e as novas necessidades se impõem. Há que estabelecer, com o máximo de rigor possível, os fósseis directores dos vários períodos e, simultaneamente, a vida útil das formas, algumas das quais têm o seu aparecimento e ocaso, em épocas muito precisas e com grande difusão em áreas geográficas muito vastas.

Torna-se também necessário conhecer os principais centros produtores e difusores. Importa perceber as influências recebidas do estrangeiro e as que determinaram influências no estrangeiro, e em que circunstâncias.

Parece-nos, por último, importante perceber a relação existente entre as várias formas e, sobretudo, definir as várias espécies de cerâmicas existentes em cada época, tipificando os gostos, definindo os custos e relacionando-as com os vários estratos sociais.

Alimentação

Exceptuando o Livro de Cozinha da Infanta D. Maria, que obviamente traduz uma realidade particular, e uma ou outra referência documental e ocasional à dieta ali-

mentar, nada mais existe que traduza efectivamente a alimentação praticada pelas várias classes sociais para o período em assunto.

Há todo um trabalho de recolha a efectuar, nas lixeiras que entre nós abundavam nas cercanias das habitações e que dão imensas pistas sobre o género e quantidade de animais consumidos. Este trabalho pode sempre ser complementado pela análise e estudo dos dentes recolhidos nas necrópoles locais, quer em termos de composição química, quer ainda em termos de traciologia. Não nos podemos porém esquecer que uma necrópole é sempre a soma algébrica dos habitantes locais com os recém chegados, e que estes não têm as características daqueles.

Possuímos, para o período do século XIV e XV algum trabalho já efectuado e parte ainda por estudar, que necessitam de ser comparados com outros trabalhos congéneres efectuados pelo mesmo método ou, preferencialmente, por métodos diversos.

A partir dos primórdios do século XVII dá-se, à escala europeia, uma revolução generalizada na agricultura e na pecuária, mercê da necessidade de se estabelecerem exércitos com character permanente que, em Portugal, é concomitante com as viagens intercontinentais. Novos campos são arroteados, alteram-se radicalmente algumas técnicas tradicionais². É o momento em que se entulham os velhos silos subterrâneos para dar lugar àquilo que hoje um pouco impropriamente poderíamos chamar "uma rede nacional de silos" para guardar os excessos de produção e poder colocar nos mercados, de forma diferida no tempo e aos melhores preços, os cereais. A consequência imediata é a criação de uma nova rede de distribuição de produtos alimentares, com transportes de grande capacidade, e o aparecimento de uma sociedade rural de terratenentes com um poder de compra acrescido, efectivamente representado por numerário. Este movimento por sua vez desencadeia uma intensa procura de bens de sumptuária, que podem perfeitamente constituir-se em reais e preciosos indicadores que o arqueólogo deverá analisar, fornecendo ao historiador pistas e elementos que normalmente os documentos não referem, mas que podem explicar omissões ou situações menos claras.

Em termos de técnicas de escavação e mau grado o

que é costume difundir-se para este período, o arqueólogo deverá ser tão rigoroso como se de uma escavação pré-histórica se tratasse. As pistas, por vezes, são extremamente ténues. Uma espinha de peixe no fundo de um silo pode estabelecer a diferença entre uma escavação bem ou mal sucedida, face aos vestígios existentes.

Vestuário

Para além das fontes documentais e iconográficas que retratam, necessariamente, as classes sociais mais proeminentes, desconhecemos quase em absoluto as matérias primas utilizadas na confecção das roupagens, os esquemas adoptados na tecelagem, os pigmentos utilizados nos tintos, os metais que compõem as ligas utilizadas nalguns bordados, o comprimento médio das peças de tecido, bem como tudo o que afinal os rodeava, como se comercializavam, onde se vendiam, que controlo existia sobre a qualidade e o comprimento das peças e como todos estes processos são passíveis de serem resolvidos arqueologicamente.

As necrópoles do moderno são férteis em amostras dos mais variados tecidos; desde as meias às cobertas dos caixões ou aos lençóis que envolviam os corpos, de tudo é possível, na generalidade dos casos, colher amostras. Nós próprios possuímos, em preparação para publicação, cerca de duas centenas de tecidos devidamente estudados, sendo absolutamente necessário que seja efectuado um estudo comparativo com outros exemplares do mesmo período já que, apesar de estudados, existem ainda situações que nos escapam completamente, tais como a proveniência de muitos dos tecidos e o "publico destinatário". Os museus têm, nesta área, uma missão muito importante a desempenhar, disponibilizando uma visão diacrónica dos tecidos que possuem nos reservados e que particularmente possam, pela generalização do seu conhecimento, fornecer aos arqueólogos novas pistas.

Circulação fiduciária

É uma falta grave na panorâmica numismática nacional, desconhecermos, na generalidade, a quantidade de

metal amoadado e em circulação, em determinado período, tanto mais que se mantinham, simultaneamente em circulação, espécies monetárias bem mais antigas. A situação é tanto mais grave porque desconhecendo efectivamente como se "comprava" e "vendia" o dinheiro, nunca conseguiremos perceber a rotação dos numismas e os respectivos fenómenos de entesouramento, mesmo considerando que em finais do século XVI as moedas passaram a ser "moedas ficha" com todas as implicações de carácter financeiro que o novo conceito implicou.

Só um longo trabalho de escavação em universos bem conhecidos e entrosados com a avaliação de outros factores, poderá lançar alguma luz sobre o assunto, permitindo até eventualmente determinar a percentagem de trocas directas nos vários tipos de núcleos populacionais, a repartição da riqueza, enfim, e porque não, informações de carácter demográfico.

Quotidiano

A história do quotidiano em Portugal está totalmente por fazer. Não sabemos quando se começou a utilizar o torno mecânico, desconhecemos como eram os espelhos que o comum dos mortais utilizava; como fechava as suas portas ou como cosia as suas roupas. Como brincavam as crianças e com que brincavam, como atavam os sapatos ou protegiam as suas solas do desgaste, como esconjuravam as doenças ou o mau olhado. Esta é matéria sobre a qual a arqueologia terá de estar apta a dar resposta. Existem materiais estudados e outros em condições para serem estudados, mas é preciso que nas universidades se criem condições para tal, com um corpo docente capaz de despertar as "vocações". Paralelamente torna-se necessário que os museus abram as suas salas e as suas exposições, mais que não seja temporárias, ao quotidiano do período moderno. As cerâmicas são importantes, fazem parte do quotidiano, mas não constituem senão uma ínfima parte. O homem faz a utensilagem e por ela é possível chegar até ao homem e esta será, quanto a nós, uma das principais questões que é necessário, a curto trecho resolver, para que possamos exactamente saber o que procuramos e onde.

Profissões

Conhecidos como são os regimentos da maioria das corporações, conhecidas as disposições camarárias que na especialidade regulamentam algumas das actividades profissionais ou comerciais, afinal que nos falta efectivamente conhecer? Os utensílios; como eram os martelos, e de que aço eram as limas e como eram as ferraduras das alimárias e como se recuperavam os tachos furados, como se fundiam e onde os metais. Todos estes artefactos foram sofrendo alterações relativamente significativas ao longo dos séculos. Cada fragmento encontrado no decurso de uma escavação consegue dialogar com o arqueólogo tal como uma ponta solutrense ou como uma ânfora africana. São necessários mais trabalhos de campo dirigidos. O moderno não pode continuar a ser apenas um meio para chegar aos níveis mais antigos.

Considerandos finais

A arqueologia do moderno tem os seus meios operativos próprios. Utilizando os clássicos instrumentos que fisicamente todos os outros arqueólogos utilizam, existe todo um manancial de documentos dispersos pelos vários arquivos nacionais que constituem um precioso meio auxiliar de investigação.

Reciprocamente, cada vez mais os historiadores deste período necessitam de um vivo e permanente diálogo com os arqueólogos, auscultando a sua sensibilidade e o seu conhecimento específico, para construir uma história que os documentos não narram.

A verificação de determinadas situações e factos só desta forma é possível. Ocorre-nos recordar o caso das relíquias dos cavaleiros que teriam acompanhado D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa aos mouros e que segundo D. Nicolau de Santa Maria teriam sido encerradas, em pleno século XVII, num sacrário. A história aceitou plena e pacificamente o facto que parecia, aliás, de perfeita consonância com os usos e costumes daquele período. A arqueologia, porém, veio demonstrar uma fraude urdida há cerca de 400 anos; o que houvera sido colocado no sacrário tinham sido

paus e panos embrulhados, simulando uma enorme ossada humana.

Apesar da proximidade do período que vimos tratamento, casos muito específicos existem em que o concurso da geologia, a exemplo da pré-história, se torna absolutamente necessário. Foi o caso da escavação que efectuámos na Igreja do Carmo, sede da nossa Associação, em que foram utilizadas as amostras geológicas que foram efectuadas pelo metropolitano de Lisboa, para compreender e "intervir" arqueologicamente no subsolo daquele edifício, até uma profundidade de 20 metros, conseguindo perfeitamente compreender a sequência e os pormenores da sua construção, cioso segredo guardado pelo esquecimento, porque não ficou escrito, como foi possível resistir incólume, durante seis séculos, até ao advento do metropolitano.

Mais recentemente, a arqueologia do moderno deu um curioso contributo para a história, situação que o historiador, sem o seu concurso, não teria nunca a possibilidade de poder resolver. Trata-se, concretamente, do esclarecimento sobre a natureza da morte do Senhor D. João VI que foi perfeitamente possível determinar, com o concurso da arqueologia, utilizando as modernas técnicas que a física atómica, a microscopia de varrimento, a investigação documental e a medicina legal podem, na presente conjuntura, disponibilizar.

É tempo de considerarmos que não existem "arqueologias" maiores ou menores. Hoje o arqueólogo do moderno é um técnico que, apetrechado com o conhecimento que a sua função exige, gera saber que o historiador deverá habituar-se a utilizar.

Bibliografia

- ANÓNIMO - *Livro de Receitas da Infanta D. Maria* - I.N.C.M.
ANÓNIMO - *Relaçam em que se Trata e Faz a Descrição dos Arredores mais chegados à Cidade de Lisboa...* - C.M.L. - Lisboa, 1970
ARNAUT, Salvador Dias - *A Arte de Bem Comer em Portugal na Idade Média* - I.N.C.M. - Lisboa, 1986
AZEVEDO, João Lúcio de - *Elementos para a História Económica de Portugal - Sec. XII a XVII* - Ed. Estampa - Lisboa, 1990
CARNEIRO, Eugénio Lapa - *Empedrado - Técnica de Decoração Cerâmica* - C.M. Barcelos - Barcelos, 1989
CASTILHO, Júlio de - *Lisboa Antiga - Bairros Orientais* - Vols. II e VII - C.M.L.
CASTRO, Armando de - *História Económica de Portugal* - Ed. Caminho - Lisboa, 1978
CIPOLA, Carlo M. - *História Económica da Europa Pré-Industrial* - Edições 70 - Lisboa, 1991
COELHO, António Borges - *Quadros para uma Viagem a Portugal no Sec. XVII* - Ed. Caminho - Lisboa, 1986
COIXÃO, António do Nascimento Sá, *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, 1996, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
CONQUISTA de Lisboa aos Mouros (1147). Complemento ao Volume II da Lisboa Antiga de Júlio de Castilho - Sociedades Industriais da Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa 1936
DUARTE, (D.) - *O Leal Conselheiro* - I.N.C.M.-
FERREIRA, F.E. Rodrigues - O cemitério dos cruzados de São Vicente de Fora, in *Monumentos*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Nº 2, Março 1995, Lisboa.
FERREIRA, F.E. Rodrigues - Escavação arqueológica da botica do mosteiro de S.Vicente de Fora - In *Catálogo da Exposição organizada pelo Museu da Farmácia, no Mosteiro de S. Vicente de Fora*, durante a exposição "Encontro de Culturas" (Julho de 1994).
FERREIRA, F.E. Rodrigues e Armando Santinho Cunha - *Vida e Morte na Época de D. Afonso Henriques*, Hugin, 1998
FERREIRA, F.E. Rodrigues - Ensaio para uma Leitura Económica e Social do Contexto Arqueológico de S. Vicente de Fora, in *Olisipo*, II Série, nº 6, Junho de 1998
GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* - Ed. Presença - Lisboa, 1985
GOFF, J. Le - *La Civilisation de l'Occident Médiéval* - Col. Les Grandes Civilisations - Arthaud - Paris, 1964
MAGRO, Francisco A. Costa - *Ceitis*, Instituto de Sintra
MARIA, D. Nicolau de Santa - *Chrónica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho* - Lisboa
MARQUES, A.H. de Oliveira - *Ensaios da História Medieval Portuguesa* - Ed. Vega - Lisboa, 1980

- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de - *Lisboa em 1551 - Sumário Livros Horizonte* - Lisboa, 1987
- RITA, Abílio e Aristides Pinheiro - *O Tesouro de D. Afonso III e a Amoedação em Coimbra* - B.P.S.M. - Lisboa, 1987
- RITA, Abílio e Aristides Pinheiro - *Moeda de D. Afonso III Alguns Documentos* - B.P.S.M. - Lisboa, 1988
- RITA, Abílio e Aristides Pinheiro - *Lei da Almotaçaria* - B.P.S.M. - Lisboa, 1988
- SILVA, António Carlos, *Salvamento Arqueológico no Guadiana*, Beja, 1999, Edia
- SILVA, Rodrigo Banha da e Paulo Guinote - *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos*, Lisboa, 1998, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- SOUSA, António Ribeiro da Silva e - *O Campo de Santa Clara* - Ed. Autor
- TAVARES, Maria José Ferro - *A moeda de D. João II aos Filipines (1481-1640)*, in "História de Portugal" - Ed. Alfa - Lisboa, 1983
- TAVARES, Maria José Ferro - *A Moeda Portuguesa de 1383 a 1481* - in "História de Portugal" - Ed. Alfa - Lisboa, 1983
- VAZ, J. Ferraro - *Livro das Moedas de Portugal - Preçário 1978*

Notas

¹ Participação que estranhamente não foi publicada nem referida nas respectivas Actas.

² A que o aparecimento da cultura do milho não será alheio.

